

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
 Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
 2000

2.ª FASE

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Antes de iniciar o seu exame, leia atentamente as instruções.

Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões: Grupo I – 3 (três) questões.

Grupo II – 1 (uma) questão.

A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.

### GRUPO I

#### INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

#### QUESTÕES 1. e 2.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - rigor da análise do texto;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

#### QUESTÃO 3.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - mobilização adequada do conhecimento da obra;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

#### COTAÇÃO

1. e 2. ....	(2 × 25 pontos) .....	50 pontos
3. ....	(1 × 70 pontos) .....	<u>70 pontos</u>
<b>Total do Grupo I</b> .....		<b>120 pontos</b>

**V.S.F.F.**

## GRUPO I

- Cada um dos textos/extractos das obras estudadas que a seguir são apresentados é acompanhado de três questões.
- Selecione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1. e 2. deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3. deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).

DA NATUREZA, Parménides

### TEXTO

«De um só caminho nos resta  
falar: *do que é*. Neste há indícios em grande quantidade  
de que *o que é* é ingénito e indestrutível,  
pois é completo, inabalável e sem fim.  
Nunca foi nem será, pois agora é como um todo,  
um só, contínuo. Pois que origem poderás encontrar-lhe?  
Por onde e de onde poderia acrescentar-se? Nem *o que não é*  
eu te concedo que o afirmes ou penses; pois é indizível e impensável  
*o que não é*. Que necessidade o incitaria a surgir,  
mais cedo ou mais tarde, se viesse do não-ser?  
Portanto é forçoso ou que seja inteiramente, ou nada.  
Jamais a força da persuasão pode consentir que *do que não é*  
surja algo junto *do que é*. Por isso a Justiça não solta  
as algemas de deixar nascer ou perecer,  
antes as segura. Acerca disto a decisão reside neste facto:  
*é ou não é.*»

Frag. 8, vv. 1-16, in M. Helena da Rocha Pereira,  
*Hélade*, Coimbra, FLUC, 1971, p. 131

### QUESTÕES

1. Justifique, com razões do texto, a impossibilidade de geração e de destruição do ser.
2. Explícite, com base no texto, os atributos do ser.
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

**TEXTO**

«Sócrates – Voltemos agora, meu caro, ao ponto fundamental da nossa discussão: tu sustentavas que Arquelau era feliz por cometer os maiores crimes sem ser castigado. Eu defendia precisamente o contrário: primeiro, que Arquelau, ou outro homem qualquer, praticando a injustiça sem ser castigado, é inevitavelmente o mais infeliz dos homens; depois, que o autor da injustiça é sempre mais infeliz do que a sua vítima, e, finalmente, que é mais infeliz o culpado que fica impune do que aquele que expia a sua culpa. Não foi isto que eu disse?

Polo – Foi.

Sócrates – Fica, pois, demonstrado que eu tinha razão.

Polo – Assim parece.

Sócrates – Ainda bem. Mas, se isto é verdade, Polo, qual é então a grande utilidade da retórica? De acordo com os princípios que estabelecemos, o que importa afinal é que cada um se abstenha da prática da injustiça, como um mal em si mesmo. Não será assim?

Polo – Absolutamente.

Sócrates – E se algum de nós, ou alguém por quem nos interessamos, comete uma injustiça, deverá demandar voluntariamente e depressa o lugar onde obterá a mais rápida punição, ou seja, deverá procurar o juiz como quem procura o médico, não vá a doença da injustiça radicar-se na alma e tornar-se incurável. Que outra coisa podemos nós dizer, Polo, se os princípios em que assentámos permanecem? Não é esta a única linguagem que está de acordo com os princípios, porque não há outra?

Polo – Que poderíamos nós dizer senão isso, Sócrates?

Sócrates – Consequentemente, num caso de injustiça, para nos defendermos a nós ou defendermos os nossos pais, filhos ou a própria pátria, se esta for culpada, de nada nos serve, Polo, a retórica, a não ser para o fim oposto ao usual, para nos acusarmos a nós próprios ou a qualquer dos nossos parentes ou amigos, que seja porventura culpado, sem nada ocultar, pondo antes bem a claro a falta, para que o seu autor sofra o castigo e se cure.»

479 d-480 c, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 113-114

**QUESTÕES**

1. Explique o conceito de felicidade defendido por Sócrates no diálogo transcrito.
2. Esclareça, com base no texto, a utilidade da retórica «para o fim oposto ao usual».
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

**V.S.F.F.**

114/3

### TEXTO

«Sócrates – (...) decerto não aceitarás, nem dito por ti mesmo, que, sendo a harmonia algo de compósito, possa algum dia ter existido antes desses mesmos elementos que a deverão constituir... Ou será que aceitas?

– Claro que não, Sócrates – disse.

– Ora vês – prosseguiu –, que é exactamente o teu caso quando, por um lado, defendes que a alma existia já antes de entrar numa forma e num corpo humanos e, por outro, afirmas que é composto... de coisas que ainda nem sequer existiam? Na realidade, a harmonia a que tu comparas a alma nada tem a ver com esta, pois primeiro vem a lira, as cordas, os sons ainda não harmonizados, e só por último é que ela se constitui a partir de todos eles, para ser a primeira a desaparecer. Ora parece-te que uma tal concepção esteja em consonância com a anterior?

– De modo nenhum – respondeu Símas.

– E, no entanto, se há assunto que exija consonância é bem este da harmonia...

– É um facto – admitiu.

– Consonância que no teu caso se não verifica... Mas vê lá, antes de mais, por qual das ideias te decides: a de que a aprendizagem é uma reminiscência, ou a de que a alma é uma harmonia?

– De longe pela primeira, Sócrates! Quanto à última, nada tenho na realidade a aboná-la: baseei-me tão-só numa verosimilhança, numa plausibilidade formal, que é com certeza a origem desta convicção na maior parte dos homens. Mas eu próprio sei por experiência quão falazes são estas demonstrações fabricadas a partir de meras verosimilhanças, e a que erros nos induzem, seja na geometria seja em qualquer outro domínio, quando mal nos precatamos contra elas! Pelo contrário, esse argumento da aprendizagem e da reminiscência assenta num pressuposto que merece ser tido em conta, uma vez que equaciona a existência da alma, anteriormente ao nosso nascimento, com a desse tipo de realidades que a ela pertencem e que genericamente intitulamos de “realidade em si”»

92 a-d, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, pp. 95-96

### QUESTÕES

1. Refute, com razões do texto, a concepção de alma-harmonia.
2. Justifique, com base no texto, a afirmação «a aprendizagem é uma reminiscência».
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

## TEXTO

«O carácter das substâncias segundas e bem assim da diferença tem de peculiar e comum que, sempre que as predicamos, as predicamos em acepção sinónima, porque todas as predicções têm sempre, por sujeito, ou indivíduos, ou espécies. A substância primeira nunca se predica de coisa alguma, e nem mesmo é predicável de um sujeito qualquer, mas, nas substâncias secundárias, a espécie predica-se de todos os exemplos individuais, e o género predica-se de todos esses e ainda das espécies. O mesmo ocorre com as diferenças, que tanto se predicam das espécies como dos indivíduos. Além disso, a definição das espécies e dos géneros aplica-se às substâncias primeiras, e a do género à espécie, pois tudo quanto afirmamos do predicado é também afirmável do sujeito. De modo análogo, a definição das diferenças aplica-se aos indivíduos e às espécies, mas, como anotámos atrás, são sinónimas as coisas cujo nome é comum e cuja noção é idêntica, de onde se segue que, em todas as proposições que têm por predicado uma substância ou uma diferença, o predicado é sinónimo.»

Toda a substância nos aparece como uma forma. No que se refere às substâncias primeiras, é incontestável que elas significam um determinado, porque o expresso é uma forma e um uno indivisível. No caso das substâncias secundárias, em virtude da própria forma, de nomeação, também podemos admitir que elas significam uma forma determinada, como ao dizermos, por exemplo, homem, animal. Contudo não é assim, pois tais palavras significam antes uma qualidade, porque o sujeito não é, como no caso da substância primeira, uno e singular. Na verdade, homem é atribuível a uma multiplicidade, e o mesmo se diz de animal. A espécie e o género não indicam uma qualidade de modo absoluto, como indica, por exemplo, branco, porque branco significa apenas uma qualidade, mas a espécie e o género indicam uma qualidade em relação à substância, dizem-nos do modo de ser de uma substância. No caso do género, contudo, esta qualificação é mais ampla do que no caso da espécie, pois o termo animal abarca muito maior número de seres do que o termo homem.»

*In Organon*, 3a-3b, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 54-55  
(adaptado)

## QUESTÕES

1. Indique as razões, expostas no texto, segundo as quais as propriedades comuns a todas as substâncias segundas não se encontram em nenhum sujeito.
2. Esclareça, com base no texto, a diferença entre substâncias primeiras e substâncias segundas.
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

V.S.F.F.

### TEXTO

«53 – *Que cada substância tem um atributo principal; e que o da alma é o pensamento, assim como a extensão o é do corpo*

Embora cada atributo seja suficiente para fazer conhecer a substância há, no entanto, um em cada uma que constitui a sua natureza e a sua essência e de que todos os outros dependem. Assim, a extensão em comprimento, largura e altura constitui a natureza da substância corporal, e o pensamento constitui a natureza da substância que pensa. Com efeito, tudo quanto pode atribuir-se ao corpo pressupõe a extensão e não passa de dependência do que é extenso. Igualmente, **todas as propriedades** que encontramos na coisa pensante se limitam a serem **diferentes maneiras** de pensar. Assim, não poderíamos conceber, por exemplo, uma figura, sem ser uma coisa extensa, nem movimento sem um espaço que é extenso; assim, a imaginação, o sentimento e a vontade dependem de tal maneira da coisa pensante que não os podemos conceber sem ela. Podemos, pelo contrário, conceber a extensão sem figura ou sem movimento e a coisa pensante sem imaginação ou sem sentimento, e assim por diante.

54 – *Como podemos ter pensamentos distintos da substância que pensa, da que é corporal, e de Deus*

Podemos, portanto, ter duas noções ou ideias claras e distintas, uma de uma substância criada que pensa, e outra de uma substância extensa, desde que separemos, cuidadosamente, todos os atributos do pensamento dos atributos da extensão. Também nos é possível possuir ideia clara e distinta de uma substância incriada que pensa e que é independente, isto é, de um Deus, desde que não pensemos que tal ideia represente tudo o que nele é, e que nisso não misturemos nenhuma ficção do nosso entendimento: na condição de atendermos simplesmente ao que verdadeiramente está compreendido na noção distinta que dele temos e sabemos pertencer à natureza de um Ser sumamente perfeito. Na verdade, ninguém há que possa negar que tal ideia de Deus seja em nós, pois não há razão para acreditar que o entendimento humano não possa ter nenhum conhecimento da Divindade.»

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 93-95

### QUESTÕES

1. Enuncie os atributos de cada uma das substâncias criadas de que temos ideia clara e distinta.
2. Esclareça, baseando-se no texto, a possibilidade e os limites do conhecimento humano de Deus.
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

### TEXTO

«A rectidão dos costumes, que não constitui a menor parte da religião e da piedade sincera, diz também respeito à vida civil e nela se fundam conjuntamente a salvação das almas e a do Estado; pelo que as acções morais existem tanto *in foro interno* como *in foro externo*; umas e outras estão sob a alçada da autoridade do governo civil e do governo doméstico, isto é, da autoridade do magistrado e da consciência. Aqui, pois, é de recear que uma viole o direito da outra, e que haja um conflito entre o guardião da paz e o da alma. Mas, se se ponderar bem o que acima se disse dos limites de uma e outra, a dificuldade será facilmente resolvida.

Todo o homem tem uma alma imortal, capaz de felicidade ou de infelicidade eterna, e a sua salvação depende de ter feito o que devia e de ter acreditado no que estava prescrito por Deus e é necessário para se conciliar com o poder divino. Daí se segue: 1.º) que o homem está, antes de mais nada, obrigado a observar estas prescrições e que deve sobretudo pôr todo o cuidado, aplicação e diligência em investigá-las e cumpri-las, já que a condição mortal nada tem que se possa de modo algum comparar com a vida eterna; 2.º) que, em virtude de um homem em nada violar, pela prática de um culto erróneo, o direito dos outros homens, em virtude de não prejudicar outrem por ter opiniões falsas sobre as coisas divinas, nem de a sua própria perdição pôr em perigo a prosperidade dos outros, o cuidado pela própria salvação apenas incumbe aos particulares. Não quero dizer que seja necessário eliminar todas as admoestações da caridade e o zelo em denunciar os erros, que são os principais deveres de um cristão. É permitido a cada um consagrar todas as exortações e argumentos que quiser à salvação de outrem; mas toda a violência e coacção devem ser evitadas; e a soberania não deve aqui intervir. Ninguém está obrigado, nestas circunstâncias, a obedecer aos conselhos ou à autoridade de outrem, para além do que lhe tiver parecido conveniente: cabe a cada um julgar, em última análise, da sua própria salvação; porque se trata apenas de si próprio, não pode assim causar dano a mais ninguém.»

Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 113-114

### QUESTÕES

1. Justifique, com razões do texto, a possibilidade de existirem conflitos entre a consciência e a autoridade do magistrado.
2. Enuncie os meios que, segundo o texto, são aceitáveis para propagar a verdade religiosa.
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

V.S.F.F.

## TEXTO

### «33 – Explicação da união da alma e do corpo, que passou por inexplicável ou por miraculosa, e da origem das percepções confusas.

Vê-se também a explicação inesperada desse grande mistério da união da alma e do corpo, isto é, como acontece que as paixões e as acções de um sejam acompanhadas pelas acções e paixões, ou melhor, pelos fenómenos convenientes do outro. Pois, não há meio de conceber que um influa sobre o outro, e não é razoável recorrer simplesmente à operação extraordinária da causa universal, numa coisa ordinária e particular. Eis, porém, a verdadeira razão: dissemos que tudo o que acontece à alma e a cada substância é uma consequência da sua noção e, portanto, a própria ideia ou essência da alma implica que todas as suas aparências ou percepções lhe devem brotar (*sponte*) da sua própria natureza, e justamente de modo a que correspondam por si mesmas ao que ocorre em todo o universo, mas, mais particular e mais perfeitamente, ao que acontece no corpo que lhe é afecto, porque a alma exprime o estado do universo, em certo sentido e durante algum tempo, segundo a relação dos demais corpos com o seu. O que nos faz saber ainda como é que o nosso corpo nos pertence sem estar, todavia, unido à nossa essência. E creio que as pessoas que sabem meditar julgarão favoravelmente os nossos princípios, pelo próprio facto de que poderão ver facilmente em que consiste a conexão que há entre a alma e o corpo, que parece inexplicável por qualquer outra via. Vê-se, também, que as percepções dos nossos sentidos, mesmo quando são claras, devem necessariamente conter algum sentimento confuso, pois, como todos os corpos do universo simpatizam, o nosso recebe a impressão de todos os outros e, embora os nossos sentidos se refiram a tudo, não é possível que a nossa alma possa atender a tudo em particular; eis porque os nossos sentimentos confusos são o resultado de uma variedade de percepções, que é absolutamente infinita. E é mais ou menos como o murmúrio confuso que ouvem os que se aproximam da beira-mar, e que vem da reunião das repercussões das vagas inumeráveis. Ora, se entre várias percepções (que não se ajustam para resultar numa) não há uma que sobressaia das restantes, e se produzem impressões mais ou menos igualmente fortes ou igualmente capazes de determinar a atenção da alma, esta só pode aperceber-se delas de modo confuso.»

Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 79-81

## QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, «a união da alma e do corpo».
2. Esclareça como se processa, segundo o texto, a percepção.
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.



## TEXTO

«O conceito segundo o qual todo o ser racional deve considerar-se como legislador universal por todas as máximas da sua vontade para, deste ponto de vista, se julgar a si mesmo e às suas acções leva a um outro conceito muito fecundo que lhe anda aderente e que é o de *um Reino dos Fins*.

Por esta palavra *reino* entendo eu a ligação sistemática de vários seres racionais por meio de leis comuns. Ora como as leis determinam os fins segundo a sua validade universal, se se fizer abstracção das diferenças pessoais entre os seres racionais e de todo o conteúdo dos seus fins particulares, poder-se-á conceber um todo do conjunto dos fins (tanto dos seres racionais, como fins em si, como também dos fins próprios que cada qual pode propor a si mesmo) em ligação sistemática, quer dizer, um reino dos fins que seja possível segundo os princípios acima expostos.

Seres racionais estão, pois, todos submetidos a esta *lei* que manda que cada um deles *jamais* se trate a si mesmo ou aos outros *simplesmente como meios*, mas sempre *simultaneamente como fins em si*. Daqui resulta porém uma ligação sistemática de seres racionais, por meio de leis objectivas comuns, i. é, um reino que, exactamente porque estas leis têm em vista a relação destes seres uns com os outros, como fins e meios, se pode chamar um reino dos fins (que, na verdade, é apenas um ideal).

Mas um ser racional pertence ao reino dos fins, como seu *membro*, quando é nele em verdade legislador universal, estando porém também submetido a estas leis. Pertence-lhe como *chefe* quando, como legislador, não está submetido à vontade de um outro.

O ser racional tem de considerar-se, sempre, como legislador num reino dos fins, possível pela liberdade da vontade, quer seja como membro, quer seja como chefe. Mas o lugar deste último não pode ele assegurar-lo somente pela máxima da sua vontade, mas apenas quando seja um ser totalmente independente, sem necessidade nem limitação do seu poder adequado à vontade.»

BA 74-75, Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 75-76

## QUESTÕES

1. Esclareça o sentido atribuído no texto a «Reino dos Fins».
2. Explique, com base no texto, o estatuto do ser racional no «Reino dos Fins».
3. Exponha a relevância do extracto no contexto geral da obra.

V.S.F.F.

## GRUPO II

### INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - apresentação do plano organizador;
  - adequação do desenvolvimento ao plano;
  - pertinência da selecção de conhecimentos da obra para o tratamento do tema;
  - posicionamento crítico/problematizador;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

COTAÇÃO TOTAL DO GRUPO II: 80 PONTOS

Na sua resposta deverá:

- indicar o par obra-tema que seleccionou;
- apresentar um plano organizador;
- expor o modo como o tema é tratado na obra;
- posicionar-se de uma forma crítica/problematizadora perante o tratamento que lhe foi dado pelo autor na obra;
- utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

### COTAÇÃO

..... (1 × 80 pontos) .....	80 pontos
<b>Total do Grupo II</b> .....	<u>80 pontos</u>

## GRUPO II

### QUESTÃO

Selecione apenas uma das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.

OBRAS	TEMAS
O MESTRE, S. Agostinho .....	Ensino e conhecimento
PROSLOGION, Santo Anselmo .....	Pensamento e realidade
O SER E A ESSÊNCIA, S. Tomás de Aquino .....	Ser e dizer
REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, São Boaventura .....	Conhecimento e verdade
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel .....	Opinião e verdade
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental .....	Crise do pensamento moderno
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche .....	Símbolo e conceito
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	O fundamento do conhecimento
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	O filósofo e o sentido da ambiguidade
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	Verdade e falsidade
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho..	Temporalidade da saudade
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger .....	Liberdade como realização da essência da verdade
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	Filosofia, hermenêutica e verdade

**FIM**

### COTAÇÕES

GRUPO I .....	120 PONTOS
GRUPO II .....	80 PONTOS
<b>TOTAL</b> .....	<b>200 PONTOS</b>